



COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

ATA NÚMERO 36/XII/1.^a SL

Aos dezoito dias do mês de Janeiro de 2012, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho em conjunto com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala n.º 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do Presidente da Associação de Bancos de Portugal (APB), conjunta com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, no âmbito do requerimento apresentado pelo PCP relativo à transferência dos fundos de pensões dos trabalhadores bancários para a segurança social.

11H30

1. Apreciação e votação das Atas n.ºs 34 e 35;
2. Distribuição da Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa aos Fundos de Empreendedorismo Social Europeus [COM(2011)862]. Esta iniciativa tem ainda associados os seguintes documentos: Avaliação de Impacto [SEC(2011)1512] e Resumo da Avaliação de Impacto [SEC(2011)1513] (a remeter à CAE até 14 de fevereiro)
Deputado autor do parecer: GP PSD;
3. Apreciação do Projeto de Resolução n.º 141/XII/1^a (BE) - Recomenda ao governo que regule a atividade e o exercício da profissão de Optometria;
4. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo BE propondo que, com carácter de urgência, a Comissão proceda à audição do Senhor Ministro da Solidariedade e da Segurança Social *para prestar esclarecimentos aos deputados sobre os procedimentos que falharam no Instituto da Segurança Social para que este erro se acumulasse desde 2004 e sobre as situações de desastre social que poderão decorrer da cobrança coerciva destes 570 milhões de euros;*
5. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo PCP solicitando a realização urgente de uma audição com o Senhor Ministro da Solidariedade e da Segurança Social *considerando que 117 mil cidadãos estão a ser notificados pela*

Segurança Social com vista à redução das suas pensões e prestações sociais e à devolução de quantias que terão sido "indevidamente" pagas pela Segurança Social;

6. Outros assuntos:

- Apreciação do convite dirigido pela CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social) à AR para se associar nas comemorações do Dia Internacional das Cooperativas.

O Senhor Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (Eduardo Cabrita) começou por dar as boas vindas ao Senhor Presidente da Associação de Bancos de Portugal (ABP), contextualizando a presente audição num conjunto de audições aprovadas, a Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, sobre o processo de transferência dos fundos de pensões dos trabalhadores bancários para a segurança social. Deu, ainda, as boas vindas ao Senhor Presidente da Comissão de Segurança Social e Trabalho, bem como a todas as Senhoras e Senhores Deputados presentes.

De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Honório Novo (PCP), para apresentação do Requerimento e da sua fundamentação.

O Senhor Presidente da ABP, Professor Doutor António de Sousa, interveio posteriormente, para uma intervenção inicial, após o que o Sr. Presidente da Comissão abriu uma primeira ronda de intervenções.

Usaram da palavra os Senhores Deputados João Galamba (PS), Carlos Batista da Silva (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Honório Novo (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo o Senhor Presidente da APB usado da palavra, imediatamente após cada intervenção, para responder às questões colocadas.

Em sede de segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados João Galamba (PS), Carlos Batista da Silva (PSD), Honório Novo (PCP), Pedro Filipe Soares (BE), Pedro Silva Pereira (PS) e Vieira da Silva (PS), tendo o Senhor Presidente da APB respondido, em conjunto, às intervenções.

O vídeo da audição e outra informação encontram-se disponíveis no seguinte endereço: http://arexp1:7780/PLSQLPLC/intwaup01.detalheiframe?p_id=91908.

A reunião foi interrompida pelas onze horas e cinquenta minutos e retomada, pelas doze horas, na sala n.º 10.

Previamente à Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Comissão Segurança Social e Trabalho (Deputado José Manuel Canavarro) manifestou o seu pesar pelo falecimento do Chefe de Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, João Teotónio Pereira, irmão da Deputada do CDS-PP Inês Teotónio Pereira, a que a Comissão se associou.

De seguida, depois de obtido o necessário consenso dos diversos grupos parlamentares, por não constar da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Maria Helena André (PS) apresentou o relatório e parecer sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2012 - *Concretizar a renovação europeia*, concluindo que "é prioritário o acompanhamento da iniciativa n.º 28, intitulada Pacote para o Emprego [(i) Rumo a uma retoma geradora de emprego; (ii) Pacote específico de flexigurança; (iii) Reforma da rede EURES dos serviços de emprego europeus e da sua base jurídica], e da iniciativa n.º 35 intitulada Pobreza Infantil [Instrumento jurídico não vinculativo], que deverão, por isso, constituir iniciativas de escrutínio reforçado ao longo de 2012."

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) agradeceu o excelente relatório e parecer, disse estar de acordo com as iniciativas apresentadas como prioritárias e propôs o aprofundamento do Pacote para o Emprego e das Medidas para a empregabilidade.

Submetido à votação, foi o relatório e parecer aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE e a abstenção do PCP.

Retomando a Ordem do Dia, no primeiro ponto foram apreciadas as Atas n.ºs 34 e 35, as quais, submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade.

No ponto seguinte da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) disse que indicaria posteriormente o Deputado autor do parecer da COM(2011)862.

Entretanto, o GP PSD solicitou o adiamento para a próxima reunião da Comissão do terceiro ponto da Ordem do Dia, relativo à apreciação do Projeto de Resolução n.º 141/XII (1.ª) (BE), que recomenda ao governo que regulamente a atividade e o exercício da profissão de Optometria.

Passando aos pontos quatro e cinco da Ordem do Dia, o Senhor Presidente propôs que os requerimentos apresentados pelos GP do BE e do PCP fossem apreciados em conjunto, pelo que daria a palavra sucessivamente aos Deputados Mariana Aiveca (BE) e Jorge Machado (PCP), após o que interviriam os Deputados dos demais GP.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) começou por dizer que, num momento de crise social, está a ser feita, em sua opinião, uma interpretação abusiva da Lei de Bases da Segurança Social pelos serviços da segurança social. Daí que o Ministro da Solidariedade e da Segurança Social (MSSS) tenha a obrigação de vir ao Parlamento dar explicações sobre as cartas que, sem qualquer fundamento e de forma ilegal, foram enviadas a 25 000 pensionistas, não permitindo aos notificados reclamarem nos termos do Código do Procedimento Administrativo. Lembrou igualmente que cerca de 117 000 cidadãos terão sido surpreendidos com a obrigação de reposição de recebimentos indevidos, que, segundo consta, se reportam ao ano de 2004, aproximando-se do prazo de prescrição, quando nunca antes a segurança social tomou medidas desta natureza. É sabido que o MSSS pretende encaixar cerca de 570 milhões € e, se, com as medidas descritas, poderão ser obtidos cerca de 41 milhões €, desconhece-se de onde virá o valor remanescente.

Também o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) considerou que se justifica a vinda do MSSS por a situação descrita no requerimento apresentado pelo GP do PCP ser verdadeiramente inaceitável e propiciar grande convulsão social, razão pela qual devia ser suspenso o pedido retroativo das quantias indevidamente pagas.

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP), por compreender o sentido dos requerimentos apresentados e por supor que o Ministro da Solidariedade e da Segurança Social terá todo o gosto em esclarecer a situação, propôs que a referida audição tivesse lugar na primeira quinzena de Fevereiro, sendo antecipada para essa data a audição já agendada, de acordo com o n.º 2 do artigo 104.º do RAR, para a primeira quinzena de Março.

O Senhor Deputado Nuno Sá (PS) assegurou que os requerimentos apresentados terão a adesão do PS. Considerou que a vinda do MSSS é necessária e urgente e informou que o seu grupo parlamentar endereçou em 16 de Janeiro uma pergunta ao Ministro em causa sobre o reposicionamento de escalões e de prestações sociais. Concluiu dizendo que, ainda que esteja fora de causa a restituição de montantes indevidos, importa esclarecer: De que forma deverá ser feita a restituição desses montantes? Quantos beneficiários o solicitaram? Que procedimentos estão a ser desenvolvidos pela Segurança Social para que esta situação não se repita, porque cria uma má relação com o Estado?

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) interveio para dizer que o GP do PSD reconhece que, nos requerimentos em apreciação, são abordadas matérias delicadas e relevantes no sistema de segurança social, cuja atuação deve ser de grande rigor e de combate a fraude, garantindo-se a sua sustentabilidade. Reconheceu igualmente que é possível introduzir melhoramentos no sistema. Realçou que o GP do PSD concorda com a proposta apresentada pelo CDS-PP no sentido de ser antecipada para a primeira

quinzena de Fevereiro a audição regimental marcada para os dias 6 ou 13 de Março, com a introdução na Ordem do Dia de um ponto específico, com uma grelha própria de tempos, para serem abordadas as matérias constantes dos requerimentos.

O Senhor Presidente concluiu que os requerimentos estavam implicitamente aprovados, desde que a audição do Senhor Ministro da Solidariedade e da Segurança Social tivesse lugar de acordo com o consensualizado e informou que iria diligenciar junto do Governo no sentido proposto.

No último ponto da Ordem do Dia, a Comissão disse nada ter a opor ao convite dirigido pela CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social) à AR para se associar nas comemorações do Dia Internacional das Cooperativas.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas treze horas e dez minutos, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

O Presidente,



(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 25 de Janeiro de 2012.

J

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Reunião de 18 de Janeiro de 2012

Folha de Presenças

(Ata n.º 36/XII/ 1.ª SL)

Adriano Rafael Moreira
Arménio Santos
Artur Rêgo
Clara Marques Mendes
Idália Salvador Serrão
Joana Barata Lopes
João Figueiredo
João Paulo Pedrosa
Jorge Machado
José Manuel Canavarro
Maria das Mercês Borges
Mariana Aiveca
Mário Ruivo
Miguel Laranjeiro
Nuno Sá
Pedro Roque
Teresa Costa Santos
Vieira da Silva
Luísa Salgueiro
Maria Conceição Pereira
Maria Helena André

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Inês Teotónio Pereira
Sónia Fertuzinhos